

CEL-LEP ENSINO DE IDIOMAS S.A.

CNPJ nº 10.772.420/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas às atividades da Companhia referidas ao período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutuações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, acompanhado das Notas Explicativas. A Diretoria.		Demonstrações das mutuações do patrimônio líquido - (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios fimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)	
Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)		Demonstrações do resultado - Exercícios fimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)		Demonstrações dos resultados abrangente - Exercícios fimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de Reais)	
Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.358	5.032	2.606	7.117
Contas a receber	5	2.881	4.504	-	-
Estoque		408	528	-	-
Tributos a recuperar	7	2.590	2.229	-	-
Demais contas		843	536	-	-
		9.080	12.829		
Não circulante					
Realizável a longo prazo		549	521	-	-
Imobilizado	8	4.790	7.066	-	-
Intangível	9	90.232	88.063	-	-
		95.571	95.650		
Total do ativo		104.651	108.479		
Passivo e do patrimônio líquido					
Circulante					
Emprestimos e financiamentos	10	15.839	10.501	-	-
Fornecedores	11	1.423	1.983	-	-
Obrigações trabalhistas e parcelamentos	12	9.162	8.557	-	-
Obrigações tributárias e parcelamentos	13	5.002	3.538	-	-
Demais contas	14	1.435	2.069	-	-
		33.910	29.924		
Não circulante					
Emprestimos e financiamentos	10	29.051	35.975	-	-
Obrigações trabalhistas e parcelamentos	12	11.445	9.714	-	-
Obrigações tributárias e parcelamentos	13	9.332	7.787	-	-
Demais contas	14	1.435	2.069	-	-
		51.263	55.542		
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	40.685	40.685	-	-
Reserva de capital	16.2	2.606	2.606	-	-
Prejuízos acumulados		(3.478)	(20.276)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.3	12.000	23.013	-	-
		49.803	46.024		
Total do passivo e patrimônio líquido		104.651	108.479		
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis					
Exercícios fimos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. Contexto operacional: O Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede na Rua São Tomé, 86 - 2ª andar - Vila Olímpia - CEP 04561-080, São Paulo - SP. A Companhia tem como atividade principal o ensino de língua estrangeira, além da edição e comercialização de material didático, em especial, os de interesse dos estabelecimentos integrantes do sistema de ensino Cel-Lep. A Companhia é o titular de direitos autorais e qualificações de ensino. Ainda no contexto de reestruturação, a Companhia trabalhou para melhorar e organizar a sua estrutura de capital por meio de um aporte de recursos do seu Controlador por meio da renegociação de passivos financeiros junto aos seus principais credores, de modo a viabilizar tanto a reestruturação operacional como reduzir a pressão de caixa de curto prazo. Mesmo com todo este contexto de adversidade, o Cel-Lep mantém a sua preocupação com a manutenção da qualidade e a garantia da entrega de conteúdo e serviços educacionais aos alunos e às escolas para o aprendizado de idiomas nestas novas realidades. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de maio de 2023. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelos órgãos reguladores. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. Ainda no contexto histórico, o custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas. 3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de seis meses ou menos, a contar da data da aquisição. 3.2. Contas a receber: São avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável. A Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 3.3. Estoques: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do menor custo. 3.4. Imobilizado: Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido a depreciação e amortização acumulada e as perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessária. 3.5. Depreciação e amortização: É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativa contábil. 3.6. Intangível: a) Ativo: Resultante da aquisição e incorporação da rede de escolas de idiomas denominada Cel-Lep, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, fundamentado em expectativas de resultados futuros e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. O ativo é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. b) Pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento de produtos não são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que estes projetos sejam bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. c) Programas de computador (softwares): Os gastos diretos associados a softwares desenvolvidos são reconhecidos como custos da Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada dos gastos gerais relacionados. 3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, o valor contábil líquido excedente do valor recuperável é constituído, provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Conforme análise da Administração da Companhia, não houve ajustes a serem registrados no exercício de 2022. 3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. 3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulates quando, sua realização ou liquidação seja, provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulates. 3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: São calculados com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o Lucro Real apurado de acordo com a legislação tributária vigente. 3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: São práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transferido em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) demandas judiciais são provisionadas quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos. 3.12. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não contratualizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisões para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. 3.13. Apuração do resultado: a) Reconhecimento de receita: A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita por Contrato de Cliente. As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; - Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; - Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%. b) Reconhecimento de custos e despesas: Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. 3.14. Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, consequentemente, lucro por ação diluído.					

Cesar Madeira Padovesi - Diretor
Marcos Nascimento - Contador - CRC - SP 253854/O-6

CEL-LEP ENSINO DE IDIOMAS S.A.

CNPJ nº 10.772.420/0001-40

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeisAos Acionistas e Administradores da **Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A.** São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Reestruturação operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, onde consta que a Administração do **Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A.** está em processo de atualização do seu modelo negócio passando a focar principalmente na modalidade de ensino virtual e na ampliação da venda do sistema de ensino para escolas. Também, a Administração ainda no contexto de reestruturação está trabalhando para melhorar da sua estrutura de capital, por meio de aporte de recursos do seu Controlador e renegociação de passivos dos seus principais credores. Essas ações combinadas, objetivam equilibrar a saúde econômica e financeira do **Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A.** que em 31 de dezembro de 2022 apresentou capital circulante negativo de R\$24.830 mil. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em função desse assunto. Responsabilidades da

Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1**David Elias Fernandes Marinho**
Contador CRC 1 SP 245857/O-3Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>